

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.843 - SC (2019/0026399-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARCIO RODRIGO RAMOS (PRESO)
AGRAVANTE : RICHARD TIAGO FELISBINO (PRESO)
ADVOGADO : ALTAMIR FRANÇA E OUTRO(S) - SC021986
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de dois agravos em recurso especial, o primeiro apresentado por RICHARD TIAGO FELISBINO e o segundo apresentado por MARCIO RODRIGO RAMOS, contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Analiso inicialmente o recurso interposto por RICHARD TIAGO FELISBINO.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: deficiência de fundamentação - Súmula 284/STF (arts. 33, § 2º, 59 e 68 do CP; arts. 283 e 617 do CPP e art. 33, §4º, da Lei 11.343/2006), razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF (*reformatio in pejus*), Súmula 7/STJ (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006), Súmula 83/STJ, Súmula 7/STJ (fixação do regime de cumprimento da pena) e ausência de indicação do dispositivo objeto da divergência - Súmula 284/STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 7/STJ (fixação do regime de cumprimento da pena).

Passo à análise do recurso interposto por MARCIO RODRIGO RAMOS.

Verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: deficiência de fundamentação - Súmula 284/STF (arts. 33, § 2º, 59 e 68 do CP; arts. 283 e 617 do CPP e art. 33, §4º, da Lei 11.343/2006), razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF (*reformatio in pejus*), Súmula 7/STJ (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006), Súmula 83/STJ, Súmula 7/STJ (fixação do regime de cumprimento da pena) e ausência de indicação do dispositivo objeto da divergência - Súmula 284/STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 7/STJ (fixação do regime de cumprimento da pena).

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço de ambos os agravos em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente